

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Trincheira do reacionarismo

Comissão de maioria ultraconservadora se ampara na religião e ressuscita debates para limitar direitos identitários e de gênero

» ALINE BRITO
» JULIA LUCHETTA
Especial para o Correio

Lula Marques/ AGÊNCIA BRASIL



Sessão da Cpsaf, na Câmara: a disputa entre a maioria conservadora e deputados progressistas mobiliza os debates sobre questões de costumes

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (Cpsaf) volta, nesta semana, a pautar dois projetos de lei que prometem acalorar os debates na Câmara: o que institui a identidade civil do nascituro e o que pretende proibir a união poliafetiva. Na quarta-feira, o colegiado vai promover uma audiência pública para debater o poliamor, com presença do pastor Silas Malafaia.

Derivada da antiga Comissão de Seguridade Social e Família, a Cpsaf surgiu no início de 2023 e, desde então, tem sido guiada pelas pautas de costumes. Em 8 de fevereiro, o colegiado aprovou mais de 240 projetos, muitos deles relacionados às questões previdenciárias, mas, também, às civis e sociais, como o que proibiu o casamento homoafetivo.

A intenção da presidência do grupo é votar todas as propostas, independentemente do caráter ideológico. Com isso, a Cpsaf tem sido um dos colegiados que mais aprovam projetos de lei por sessão. Segundo o presidente, Fernando Rodolfo (PL-PE), “um projeto tem que ser votado de qualquer jeito e, mesmo que seja para arquivar, ele precisa ser pautado, não tem como zerar uma pauta que tem uma fila de mais de 300 projetos”.

Entre os projetos de lei em tramitação na comissão, estão alguns que tratam de alienação parental, “cura gay”, banheiro para transexuais, proibição da terapia hormonal de redesignação de gênero para crianças e adolescentes, além de poliamor e identidade civil do nascituro. Por ser formada, majoritariamente, por parlamentares ultraconservadores, os debates se tornam palco para discursos religiosos e ameaças de retrocessos em relação a direitos civis.

Dos 16 titulares, apenas três deputados são da base do governo. Treze estão identificados com a extrema direita. Há ainda um bloco parlamentar representado pelos deputados de esquerda Henrique Vieira (PSol-RJ) e Erika Hilton (PSol-SP).

Essa formação tem favorecido o avanço de propostas conservadoras. “Eles criaram uma trincheira de uma pauta de retirada de direitos, e essa trincheira

é composta, inclusive, pela presidência da comissão. Eles encontraram o espaço necessário para poder tomar de assalto a comissão. A presidência e a maioria da comissão estão nas mãos da extrema direita”, avaliou a deputada Erika Kokay (PT-DF).

“Muito se discute no Parlamento banheiro para pessoas trans, casamento de pessoas LGBT, aborto, e pouco se discute o combate à pobreza e à desigualdade socioeconômica no país. Esses debates de costumes são levantados pela ultradireita, que não tem o compromisso de enfrentar o principal problema do Brasil que é a desigualdade socioeconômica”, pontuou a deputada Duda Salabert (PDT-MG), que comparece em algumas reuniões, ocupando a vaga destinada ao PDT.

Direitos civis

Sobre as pautas de costumes, o caráter inconstitucional de alguns projetos divide opiniões entre os integrantes da comissão.

No caso da proibição do casamento homoafetivo, deputados progressistas e especialistas apontam que a inconstitucionalidade reside em impedir direitos civis de um determinado grupo da sociedade, mas os parlamentares que votaram a favor da proibição discordam.

Na discussão sobre o poliamor e a identidade civil do nascituro, essa polarização sobre a constitucionalidade volta à tona. “Nossa Constituição é muito acolhedora. Projetos nesse sentido podem ser alvo de várias ações de inconstitucionalidade”, observou Fernanda Carla Vidal Pereira, integrante do Cartelmo Advogados e especialista em direito civil.

Para a advogada, as leis precisam acompanhar a evolução da sociedade, e não o contrário. “Não é a sociedade que se adapta ao direito, é o direito que se molda à sociedade. Melhor o poder público regulamentar do que gerar uma insegurança jurídica”, argumentou Fernanda.

O projeto de lei que pretende proibir o casamento entre

pessoas do mesmo sexo foi baseado no artigo 226 da *Constituição*, que define casamento como união entre “homem e mulher”. Essa interpretação literal do texto impulsionou a aprovação do relatório na Cpsaf, mas o mesmo não deve se repetir em outras comissões pelas quais ainda deve passar, como a de Direitos Humanos, em que a maioria é formada por progressistas. “A *Constituição* não pode ser interpretada exatamente ao pé da letra. É impossível um legislador colocar em um documento, só em um texto, todas as nuances da sociedade, tudo que a sociedade precisa. É muito difícil proibir considerando o pé da letra da *Constituição*”, ponderou a advogada.

No caso da união poliafetiva, o debate tende a ser ainda mais acirrado. O formato de família composto por mais de duas pessoas, atualmente, é considerado crime pelo Código Penal, apesar de a prática se tornar cada vez mais comum no Brasil — alguns trisais já obtiveram autorização

judicial para firmar contratos de união estável. “A composição de novas famílias tem sido analisada pelo direito civil e constitucional. O civil tem que sair dessa camisa de ferro que vê as coisas muito tradicionalmente, é preciso ver que existem no Brasil outras realidades”, avaliou Rubens Beçak, professor de direito constitucional e teoria geral do Estado da Universidade de São Paulo (USP).

O mesmo ocorre com as deliberações acerca da identidade civil do nascituro. O projeto prevê que o bebê tenha direitos reconhecidos desde a sua concepção, diferentemente do que estabelece a legislação atual, onde o ser humano é dotado de direito a partir do nascimento com vida. A iniciativa tem o apoio do movimento pró-vida, mas preocupa os defensores dos direitos das mulheres, já que, na prática, pode dificultar, ou até mesmo impedir, a interrupção legal da gestação, como nos casos de estupro ou falta de perspectiva de vida extrauterina.

Em minoria, progressistas apelam para obstrução

Com a composição desigual entre conservadores e progressistas, os membros da Comissão que se alinham à esquerda política se organizam para tentar barrar o avanço das pautas de costumes. Os movimentos de obstrução são constantemente usados para empacar a votação desses projetos e a ala governista busca redistribuir esses assuntos para outras comissões, onde o conservadorismo é menos evidente.

“Nós fazemos uma obstrução,

porque não é possível simplesmente achar que isso é normal e que é assim mesmo, não. Isso tem que ter um contraponto, que é o contraponto do direito, que é o contra o ponto da legalidade, da liberdade e a gente faz uma obstrução, que é instrumento de minoria”, contou a deputada Erika Kokay.

O processo de obstrução é usado também para dar visibilidade às discussões e chamar atenção da sociedade para

a retirada de direitos. “A partir dessa repercussão, a sociedade vai entendendo o que que tá em jogo, o que que tá em risco. Então a gente também dialoga com a sociedade, com a sociedade viva, com a sociedade que busca direitos, durante um processo de obstrução. Nessa Comissão, a gente vai buscar todos os instrumentos regimentais nessa perspectiva”, assegurou a deputada.

O espaço da Comissão também se tornou um palco para os

deputados produzirem conteúdo para as redes sociais, com intuito de mostrar às suas bases eleitorais o que tem sido feito pelas pautas que eles apoiam. Nesse sentido, alguns parlamentares se organizam para tentar frear essa onda em busca de visibilidade, que atrapalha o bom andamento dos debates realmente importantes para a sociedade.

“Eu irei apresentar um projeto de resolução para que os parlamentares não possam usar

vídeos das reuniões em suas redes sociais. Justamente para que os parlamentares nas reuniões usem melhor o tempo e discutam, de fato, os projetos que devem ser discutidos e parem de desvirtuar o tema da reunião para assuntos que vão gerar engajamento em suas redes sociais. Em algumas assembleias legislativas há essa resolução, e eu vou tentar para a Câmara dos Deputados também”, assegurou Duda Salabert (PDT-MG). (AB e GL)

Influência religiosa

Muitas das pautas estão vinculadas a uma ideologia guiada pela religiosidade. A Cpsaf é formada, em sua maioria, por membros autodeclarados cristãos. Dos 32 integrantes titulares da Comissão, 19 são membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e 10 da Frente Parlamentar Católica (FPC).

Com 210 deputados, a FPE é um dos blocos mais numerosos da Câmara. A FPC, por sua vez, conta com 193 parlamentares. Nas duas, os partidos conservadores têm peso significativamente maior do que os progressistas e, por isso, conseguem dar o tom dos debates, assim como fazem na Cpsaf.

Esse é um recorte da composição geral da Câmara, onde, de acordo com o Instituto de Estudos da Religião (Iser), dos 513 deputados, a maioria se autodeclara católica (45,81%), cristã (16,76%) ou evangélica (14,81%) — majoritariamente formada por parlamentares de direita: 73,3% dos declarados cristãos são conservadores, e 75% dos evangélicos se alinham à direita.

Essa composição se reflete no teor das discussões da Cpsaf, onde a postura religiosa determina o rito de votação dos projetos. O relatório da proposta que proíbe a união homoafetiva, por exemplo, é carregado de citações bíblicas e da visão cristã do que é o casamento. O deputado Pastor Isidório (Avante-BA) é conhecido por aparecer no plenário com a Bíblia aberta nas mãos. Na última sessão que discutiu os direitos civis do nascituro, o deputado exibiu um cartaz com o versículo “Disse Jesus: ‘deixai vir a mim as criancinhas’. Aborto não!”.

A presença constante do discurso religioso dentro do Parlamento é vista como uma afronta à laicidade do Estado. “Desde 1989, após a promulgação da Constituição — que prevê o princípio da laicidade —, o Estado e a religião são coisas diferentes”, contextualizou o professor Rubens Beçak. “Há uma confusão do púlpito religioso com a fala política. Não deveriam ser esferas que se misturam, e isso não é bom porque fere o princípio da laicidade. A mistura das pautas religiosas não faz bem para a democracia, é algo que deve ser combatido, porque é uma realidade e vem aumentando”, completou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Kokay: obstrução é instrumento da minoria para se posicionar

Violência contra mulher é crime.

E os covardes não ficarão impunes.

NOVA LEI DO DF PREVÊ MULTA DE ATÉ R\$ 500 MIL PARA AGRESSOR DE MULHER.

Além de serem presos, os agressores serão responsáveis pelos custos do tratamento hospitalar das vítimas. E o programa Mulher Mais Segura tem mais de 50 medidas de proteção.

VOCÊ PODE DENUNCIAR QUALQUER AGRSSÃO.

DISQUE 190

GDF